

HISTÓRIA DA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA: ENSAIO SOBRE DESAFIOS, PERSPECTIVAS DE PESQUISA E PRESERVAÇÃO DE MEMÓRIAS

PAULA SILVEIRA-BARBOSA¹

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

paulaeb@yahoo.com

RESUMO

Recentemente, notam-se esforços de pesquisa para recuperar a trajetória de grupos marginalizados historicamente, como é o caso das lésbicas. Esses trabalhos subvertem a lógica do apagamento imposto àquelas que se insurgem contra a dominação masculina em diferentes níveis. O rastreamento de memórias lésbicas enfrenta grandes dificuldades, já que muitos dos relatos foram desenvolvidos sob perspectivas discriminatórias e, com exceção de iniciativas isoladas, não se nota uma preocupação na preservação dessas marcas históricas, tanto por parte das autoridades públicas como dos próprios sujeitos dessa história. Sendo assim, o ensaio discute, a partir de pesquisa bibliográfica, os desafios que perpassam a construção de genealogias lésbicas em interface com a história da imprensa. Em seguida, apontam-se as perspectivas sobre a pesquisa e a preservação de memórias lésbicas. O debate parte das dificuldades encontradas pela própria autora no desenvolvimento de sua pesquisa de mestrado, que tem como objetivo principal sistematizar a trajetória de publicações lésbicas brasileiras. Essa breve articulação indica que o legado de autonomia e organização deixado por ativistas lésbicas, pioneiras no contexto brasileiro, pode ser útil para a preservação de nossas memórias.

Palavras-chave: Imprensa Lésbica; história da imprensa; memórias lésbicas

Introdução

Neste ensaio, proponho uma reflexão sobre a construção de um histórico da Imprensa Lésbica no Brasil. Essa proposta tem lastro em pesquisa de mestrado em andamento, que tem como objetivo principal sistematizar a trajetória de publicações lésbicas brasileiras, que circularam entre 1981 e 1995. No estudo, adoto uma abordagem interdisciplinar, que mescla referenciais da História e do Jornalismo. Embora minha pesquisa se desenvolva dentro do campo jornalístico, a experiência de construir um estudo interdisciplinar permitiu a identificação de desafios comuns a ambas as disciplinas. Assim, ao discutir o tema, proponho um diálogo sobre os desafios e perspectivas

¹ Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade de Brasília (UnB). Atualmente, é mestranda do curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com bolsa Capes.

envolvidos em pesquisas sobre a Imprensa Lésbica e, mais especificamente, sobre a preservação das memórias desse segmento.

Por muito tempo, a história da imprensa foi tratada como a história dos grandes meios de comunicação, de personalidades midiáticas importantes e das tecnologias de comunicação (BARBOSA, 2008). Essas abordagens, embora tenham seu mérito, não esgotam as possibilidades de interpretação sobre a história da mídia. Nesse sentido, autores mais contemporâneos têm produzido novas pesquisas a partir de uma ótica que considera a imbricação das sociedades e suas culturas com o desenvolvimento dos meios de comunicação. Alguns exemplos notáveis dessas iniciativas são as produções de Asa Briggs e Peter Burke (2016), Michael Schudson (2010) e Marialva Barbosa (2006).

Também podem ser incluídos nessa abordagem os pesquisadores dedicados ao estudo de produções não necessariamente jornalísticas, mas que circularam em torno desse campo, em determinados períodos. Talvez o caso mais evidente seja o estudo sobre mídias alternativas desenvolvidas durante o período da ditadura civil-militar. Em linhas gerais, as produções sobre o tema mostram como a imprensa alternativa se constituiu como espaço de resistência diante da censura oficial que ameaçava os grandes jornais (CHINEM, 2004; KUCINSKI 1991).

Entretanto, ainda é possível avançar nesse debate. Colocar atenção às particularidades de determinados veículos da imprensa alternativa pode oferecer contribuições para pensar a própria escrita da história. É isso o que tenho feito ao estudar a Imprensa Lésbica. Até agora, os estudos empreendidos nessa área apontam que o segmento surgiu em 1981, ainda durante o regime militar (FERNANDES, 2018; MAIA, 2017a; MOGROVEJO, 2000).

A construção de genealogias lésbicas enfrenta a dificuldade histórica do apagamento. Essa questão tem origens diversas. Algumas relacionadas à história das mulheres em geral, que foi sistematicamente negada, sobretudo nos períodos em que a educação formal só era permitida aos homens (PERROT, 2007). Outras barreiras se notam na destruição de marcas históricas deixadas por mulheres consideradas desviantes, dada a sua insubmissão a qualquer tipo de poder masculino (RICH, 2010).

Em razão desses limites estruturais, Mogrovejo (2012) aponta que para historiar as lésbicas, é preciso fazê-lo mediante o palimpsesto, um trabalho de arqueologia no

sentido foucaultiano². Tenho seguido essa direção, ao apostar em evidências orais e acervos particulares de ativistas que em algum momento fizeram parte da Imprensa Lésbica brasileira. Esse esforço colabora com iniciativas de resgate das memórias lésbicas, além de favorecer a construção de novas narrativas, que tensionam a história oficial; aquela escrita com inicial em caixa alta, nos termos de Gerda Lerner (1990).

Araújo e Santos (2007) lembram que olhar para situações traumáticas do passado, sobretudo a partir da perspectiva dos sujeitos subalternizados possibilita a democratização da escrita da história. Contudo, as historiadoras apontam que há implicações políticas envolvidas nesse movimento. Afinal, estudos com essa abordagem colocam em evidência sujeitos que, normalmente, não têm protagonismo na construção das narrativas que se fazem a seu respeito. Sendo assim, pontuo que o exercício de se debruçar sobre o conjunto de produções lésbicas é importante não apenas no sentido de reconhecer o valor de seus feitos, mas também de entendê-las como contribuições válidas para os mais diversos campos. Valorizo essa abordagem porque compreendo o discurso, nas suas diferentes facetas, como espaço de disputa política (FOUCAULT, 1996). Como colocado por Djamila Ribeiro, “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir” (2017, p. 64).

Desafios da construção de genealogias lésbicas

Em meu estudo de mestrado, adoto uma perspectiva sapatão/lésbica³ como ponto de partida. Em linhas gerais, essa abordagem pode ser definida como uma ampla ruptura com os esquemas normativos, transcendendo a concepção da lesbianidade como mera preferência sexual (RICH, 2010). Essa perspectiva se justifica pela compreensão de que há uma cooperação mútua entre as estruturas repressivas, de modo que o enfrentamento a elas deve se dar também de forma cooperada (EL-TAYEB, 2011). Mas o que uma ótica lésbica pode legar ao estudo da história da imprensa? Para responder a essa questão, elenco a seguir alguns percursos que tenho realizado em minha pesquisa de mestrado e que julgo pertinentes para a reflexão proposta.

² Conforme discussão travada em *A arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008).

³ Utilizo o termo “sapatão” como referência às lésbicas que se encontram fora dos padrões de feminilidade e raça hegemônicos. Eventualmente, para dar mais fluidez ao texto, adoto “lésbica” como sinônimo. Para entender as especificidades dessa categoria de análise, ver Saunders (2017).

Talvez a contribuição mais evidente de uma perspectiva lésbica para estudar a história da imprensa seja a da diversificação das narrativas históricas. Entretanto, há uma implicação ainda mais profunda, sobretudo se considerarmos as vozes lésbicas em toda a sua complexidade, buscando ouvi-las de maneira atenta e mobilizar suas contribuições. Por isso, meu estudo se inspira em abordagens como a proposta por Marialva Barbosa, que produziu uma narrativa cultural sobre o desenvolvimento dos meios de comunicação no Brasil.

Fazer história da imprensa não é, pois, se concentrar apenas nas modificações e na estrutura interna dos jornais. Afinal, a história não é mero pano de fundo para as análises da imprensa. Há que existir uma fórmula própria de considerar a comunicação como um sistema complexo e particularizar a sua historicidade nesse processo (BARBOSA, 2008, p. 4).

Investigo a Imprensa Lésbica com o fim de identificar uma crítica sapatão ao jornalismo. Algo que amplifica e valida a escuta das vozes lésbicas para além de sua condição individual. Como lembra Djamila Ribeiro (2017), muitas vezes os sujeitos subalternizados só são ouvidos quando falam sobre suas questões individuais. Como se sua existência se restringisse àquela dimensão particular. Os negros falam sobre racismo, as mulheres falam sobre sexismo, as pessoas com deficiência falam sobre capacitismo e assim por diante. E nada do que esses grupos dizem sobre outros temas é reconhecido.

Ressalto ainda que, mais do que registrar e validar as contribuições de grupos estigmatizados, a escrita de narrativas históricas sob uma ótica lésbica permite uma interpretação mais adequada de eventos passados. Afinal, como bem pontua Perrot (2007), uma história que desconsidera os indivíduos que fizeram parte de sua construção não pode ser tida como fiel à realidade.

Uma perspectiva lésbica para o estudo da história da imprensa também lança luz sobre outra questão fundamental: o direito à memória e à informação (ONU, 2009 [1948]). Como mencionado anteriormente, para construir uma narrativa sobre a trajetória da Imprensa Lésbica, tenho investido em evidências orais e acervos particulares. A escolha dessas fontes se justifica, entre outros motivos, como uma alternativa material. Algo que se colocou, por exemplo, quando na fase de constituição do campo de pesquisa, constatei que o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro alegou a perda total de títulos

da Imprensa Lésbica⁴. Ou que a escritora Leila Mícolis, que possuía grande coleção de títulos da imprensa alternativa - dentre os quais publicações lésbicas - vendeu seus arquivos para a Universidade de Miami, já que instituições brasileiras não teriam se interessado pela preservação e guarda do material⁵.

Para além da parte que cabe ao setor público e às instituições especializadas em preservação da memória, é preciso mobilizar esse debate dentro da própria comunidade lésbica e de outros grupos cuja trajetória não tem sido cuidada de forma adequada. Nesse sentido, é pertinente retomar um episódio relatado pela pesquisadora Carolina Maia (2017b) em relação à revista *Femme*, publicação editada entre 1993 e 1996 pelo Grupo Afins - Emancipação Lésbica. Ao entrevistar as fundadoras da revista, Maia soube que elas mesmas puseram fim os arquivos da *Femme*, pois temiam que eles caíssem em mãos erradas. Se não tivéssemos os testemunhos orais e se parte dos exemplares não tivesse sido remetido para a guarda da Biblioteca Nacional, como ocorreu no período em que Bebeti do Amaral colaborou com a revista, a memória desse título teria sido ainda mais prejudicada.

Outro caso emblemático nesse aspecto refere-se ao arquivo do Grupo Lésbico da Bahia (GLB), fundado em 1998 por Jane Pantel. O fim do grupo, assim como seus arquivos, que incluíam exemplares da publicação lésbica *Ponto G*, nunca foi bem explicado. Sabe-se apenas que o desmantelamento da organização coincidiu com o fim do relacionamento de Jane Pantel e Zora Yonara, que eram responsáveis pelo GLB (SILVA, 2016; MAIA, 2017a). O caso dessa organização torna-se ainda mais grave se considerarmos que boa parte das produções que resgatam a memória dos ativismos lésbicos estão centrados em grupos oriundos do eixo Rio-São Paulo. Diante dessas dificuldades, a trajetória do GLB tem sido contada a partir de evidências orais e fontes indiretas.

Ao fazer esses apontamentos, não invalido a relevância das fontes orais. Tanto as valorizo que tenho desenvolvido meu estudo de mestrado a partir da metodologia da história oral. Entretanto, acredito ser importante não romantizar o uso dessas fontes a ponto de adiar ou mesmo sufocar o necessário debate a respeito da preservação das

⁴ Fato também reportado por Carolina Maia em sua dissertação (2017a).

⁵ Informação recuperada da edição de 23 de abril de 2006 do jornal *O Globo*.

memórias lésbicas. Afinal, como indicam Araújo e Santos (2007), a memória é operada de forma coletiva, podendo se tornar uma arma política para grupos marginalizados e sobre os quais o esquecimento estabeleceu hegemonia.

Também é necessário destacar que a falta de preservação adequada das memórias lésbicas faz com que as pesquisas apoiem-se quase sempre nos mesmos referenciais. Algo que pode limitar a pluralidade de narrativas. Outro desdobramento se refere à própria manutenção da memória, já que muitas vezes os materiais são guardados de maneira inadequada, sem a sistematização requerida e nem condições necessárias para evitar a deterioração das fontes.

O fato de boa parte dos materiais sobre o passado das lésbicas brasileiras estarem restritos a arquivos particulares também dificulta o acesso às fontes e, conseqüentemente, a produção de pesquisas sobre a temática. Afinal, se a pesquisadora não conta com alguém que possa conectá-la às pessoas que possuem material de estudo ou mesmo condições financeiras para se deslocar até o lugar de guarda, os estudos ficam prejudicados já no princípio.

Essa dificuldade de acesso também tem relação com o fato de nem todas as lésbicas que construíram essa trajetória serem pessoas públicas e acessíveis. Muitas voltaram para o armário e as razões para isso são diversas (RODRIGUES, 2018; MAIA, 2017b). Alguns exemplos são a dependência da família, muitas vezes homofóbica, ou ainda, o temor da estigmatização no local de trabalho. Algo que pude constatar com algumas de minhas interlocutoras na execução da pesquisa. Parte delas, inclusive, só se dispôs a colaborar para o estudo sob anonimato.

As questões elencadas aqui mostram que é imperativa a busca de uma solução coletiva a fim de preservar as memórias lésbicas. Não apenas como registro que tem fim em si mesmo, mas como a ponte para a construção de narrativas de resistência.

Perspectivas de mudança: nós por nós, como sempre

Embora o direito à ancestralidade seja algo sistematicamente negado às lésbicas (FERNANDES, 2018), acredito que é de nossas mais velhas que vêm pistas sobre como gerir nossas memórias e, mais importante ainda, sobre como difundi-las. Uma

organização que se dedica a isso, há décadas, é a Rede de Informação Lésbica Um Outro Olhar - que até 1987 atuava sob o nome de Grupo de Ação Lésbica-Feminista (Galf)⁶.

Desde a década de 1980, as articuladoras do Galf e, posteriormente, Rede investem na promoção de informação lésbica, tanto a partir do próprio grupo, como de contribuições externas. Em seus boletins, a organização costumava colocar à disposição das lésbicas interessadas produções diversas, para fazer circular o conhecimento. Atualmente, Míriam Martinho, coordenadora da Rede, segue catalogando a memória dos ativismos lésbicos no site *Um Outro Olhar*⁷, no qual disponibiliza textos, fotos e balanços de eventos marcantes para a história da comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros (LGBT+), com foco nas trajetórias lésbicas.

Outra ativista que tem se dedicado à recuperação das memórias lésbicas é a historiadora Marisa Fernandes. A partir dos anos 2000, Fernandes passou a produzir, de maneira contínua, trabalhos acadêmicos sobre a trajetória do movimento lésbico brasileiro. Seus estudos resultam de experiências pessoais como militante, além dos materiais sobre lésbicas que reuniu ao longo do tempo (FERNANDES, 2018; 2015). Dentre eles, há alguns cuja produção contou com a participação da própria ativista.

A historiadora também tem disseminado seu conhecimento⁸ e suas experiências em cursos e palestras, além das colaborações que presta para pesquisadoras diversas. Alguns exemplos de estudos que tiveram a contribuição de Marisa são os trabalhos de Carolina Maia (2017a), Norma Mogrovejo (2000), Irina Bacci (2016), além da própria pesquisa de mestrado desta autora, que encontra-se em andamento.

Rita de Cássia Colaço Rodrigues também tem investido na difusão da memória dos ativismos LGBT+. Segundo Mott (1987), Colaço foi a primeira lésbica a publicar um livro sobre homossexualidade no Brasil. Trata-se da obra *Uma conversa informal sobre homossexualismo* (RODRIGUES, 1984). A partir de 2002, a autora iniciou a publicação contínua de produções acadêmicas que resgatam a trajetória do movimento LGBT+ brasileiro. Uma importante marca de seus trabalhos é a intersecção entre as questões de

⁶ Mais informações sobre a trajetória do grupo podem ser consultadas nos balanços históricos de Míriam Martinho (2011; 2019), uma de suas co-fundadoras.

⁷ <<http://www.umoutroolhar.com.br/>> Acesso em 15 de março de 2019.

⁸ Um exemplo é o instrumento de pesquisa para os estudiosos dedicados ao tema da homossexualidade no Brasil. O trabalho foi elaborado por Fernandes em conjunto com James Green e Lancer Arney (2003).

gênero, sexualidade e classe social (RODRIGUES, 2018; 2012; 2006). Articulação nem sempre presente em produções dessa área.

Além dos textos acadêmicos, Colaço tem publicado registros no blog *Memórias e Histórias das Homossexualidades*⁹. A pesquisadora também colabora para o Acervo Bajubá¹⁰ - organização dedicada à memória LGBTQ+ brasileira, que reúne dois mil e quinhentos itens. O trabalho desenvolvido por essa organização também auxiliou a própria autora deste ensaio em sua pesquisa de mestrado.

Como já relatado, boa parte das memórias lésbicas são mantidas em arquivos particulares, que não contam com as condições adequadas de armazenamento. Com isso, muitos materiais se deterioram, prejudicando a leitura e, conseqüentemente, sua interpretação. Porém, com a digitalização de registros promovidas pelo Acervo Bajubá, por exemplo, consegui recuperar edições do *ChanaComChana*, primeiro boletim lésbico, de circulação regular, editado no Brasil (FERNANDES, 2018; MAIA, 2017a; MOGROVEJO, 2000) e que faz parte de meu estudo.

Aponto essas iniciativas porque vejo nelas um indicativo sobre as perspectivas que podem ser adotadas para garantir a preservação adequada das memórias lésbicas. No Brasil, os ativismos lésbicos construíram sua trajetória de maneira organizada e autônoma. Essa postura foi decisiva para a permanência de alguns grupos lésbicos durante momentos de grande desmobilização política no país. Assim, acredito que esse tipo de atuação deve ser incorporado ao ofício de documentação de nossas memórias. Afinal, os episódios relatados na seção anterior, revelam que o poder público tem falhado na preservação desses registros. Algo que se estende a outras demandas do movimento de lésbicas e de LGBTQ+ de maneira mais ampla. O passado nos mostra que grandes conquistas para a nossa comunidade foram alcançadas graças a uma movimentação autônoma, independente. Talvez o exemplo mais emblemático sejam as medidas de combate a Aids, que foram pensadas primeiramente pelos grupos de militância, diante da inércia do poder público (TREVISAN, 2018).

⁹ <<https://memoriamhb.blogspot.com/>> Acesso em 15 de março de 2019.

¹⁰ <<http://acervobajuba.com.br/institucional/>> Acesso em 15 de março de 2019.

Durante a década de 1990, também se observam ações que podem nos inspirar na construção de uma memória coletiva¹¹. A antropóloga Regina Facchini (2003), por exemplo, mostra que nesse período houve o reflorescimento do movimento homossexual brasileiro, além de uma modificação na dinâmica interna dos grupos com o fim de ampliar a rede de relações sociais. Segundo a autora, a profissionalização dos movimentos facilitou a negociação com o Estado, além de oferecer ganhos em outras áreas, como o financiamento para executar ações estratégicas.

O histórico de autonomia, busca por profissionalização e atuação integrada pode ser reproduzido em iniciativas de resgate e preservação de memórias lésbicas. A combinação desses fatores colabora para o direito à memória, que leio como extensão do direito à informação (Cf. ONU, 1948 [2009]), além de facilitar a execução de pesquisas, sejam elas acadêmicas ou não. Contudo, creio que um desdobramento ainda mais importante é a construção de saberes coletivos de lésbicas para lésbicas, interrompendo definitivamente a trajetória de apagamento e distorção que marca a construção de narrativas históricas sobre o grupo.

Referências

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento.; SANTOS, Myrian Sepúlveda. História, memória e esquecimento: implicações políticas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 79, p. 95-111, 2007.

ARNEY, Lance; FERNANDES, Marisa; GREEN, James. Homossexualidade no Brasil: uma bibliografia anotada. In: GREEN, James; MALUF, Sônia Weidner (Orgs.). **Cadernos AEL: Homossexualidade, sociedade, movimento e lutas**. Campinas: IFCH/AEL/UNICAMP, 2003, v. 10, p. 315-348.

BACCI, Irina. **Vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da cidadania LGBT**. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília.

BARBOSA, Marialva Carlos. **História cultural da imprensa: Brasil (1900-2000)**. Rio de Janeiro: Mauadx, 2006.

¹¹ No sentido elaborado por Halbwachs (1990).

_____. Por uma história cultural da imprensa brasileira. **Lumina**, v. 2, n. 1, 2008, p. 1-8.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro; Zahar, 2016.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da ditadura à internet**. São Paulo: Disal Editora, 2004.

EL-TAYEB, Fatima. **European Others. Queering. Ethnicity in Postnational Europe**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

FACCHINI, Regina. Movimento Homossexual no Brasil: recompondo um histórico. In: **Cadernos AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003, p. 81-125.

FERNANDES, Marisa. O feminismo das lésbicas. In: Diana Raffaella Kalazans Ribeiro... [et al.]. **Nossas histórias, nossas vozes: resistências históricas de lésbicas e mulheres bissexuais no Brasil**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2018, p. 234-247.

_____. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos, EdUFSCar, 2015, p. 125-148.

FOUCAULT, Michael. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent León Schaffter. 2ª ed. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1991.

LERNER, Gerda. **La creación del patriarcado**. Tradução de Mónica Tusell. Barcelona: Editora Crítica, 1990.

MAIA, Carolina. **Entre armários e caixas postais: escritas de si, correspondência e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira**. 2017a. 198 f. Dissertação

(Mestrado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. **Escritas de si, polifonia e constituição de redes na imprensa lésbica brasileira: uma discussão da revista Femme (1993-1995)** In: 13º Mundos de Mulheres e Fazendo Gênero 11. Transformações, conexões e deslocamentos, 2017b, Florianópolis, p. 1-13.

MARTINHO, Míriam. **19 de Agosto: Primeira Manifestação lesbiana contra a discriminação no Brasil.** 2011. Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/p/publicacoes.html>> Acesso em 05 de fevereiro de 2019.

MARTINHO, Míriam. Memória Lesbiana: há 40 anos surgia o Grupo Lésbico Feminista, o primeiro coletivo de ativistas lésbicas do Brasil. In: **Um Outro Olhar** (magazine virtual). Disponível em: <<http://www.umoutroolhar.com.br/2019/05/ha-40-anos-surgia-o-grupo-lesbico-feminista.html>>. Acesso em 25 de junho de 2019.

MOGROVEJO, Norma. **Un amor que se atrevió a decir su nombre: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexual y feminista en América Latina.** Cidade do México: Plaza y Valdés, 2000.

_____. **Cómo pensar la genealogía lésbica. Estudios de Historia Cultural,** 2006, s/p. Disponível em: <http://www.historiacultural.net/hist_rev_mogrovejo.htm> Acesso em 24 de setembro de 2018.

MOTT, Luiz. **O lesbianismo no Brasil.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2009 [1948]. Disponível: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>> Acesso em 18 de dezembro de 2018.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICH, Adrienne. “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, 2010, p. 17-44.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. GAAG Duque de Caxias: a emergência de um ativismo homossexual em terras fluminenses. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; FERNANDES, Marisa (Orgs.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

_____. **De Daniele a Chrysóstomo - Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena**. 2012. 372 f. Tese (Doutorado em História), Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____. **Poder, gênero, resistência, proteção social e memória: Aspectos da socialização de “gays” e “lésbicas” em torno de um reservado em São João de Meriti, no início da década de 1980**. Dissertação (Mestrado em Política Social), Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, Universidade Federal Fluminense, 2006.

_____. **Uma conversa informal sobre homossexualismo**. Rio de Janeiro: da autora, 1984.

SAUNDERS, Tanya. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. **Periódicus**, v. 1, n. 7, p. 102-116.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SILVA, Zuleide Paiva. **“Sapatão não é bagunça”: estudo das organizações lésbicas da Bahia**. 2016. 382 f. Tese (Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento). Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade**. 4a ed., rev., atual., amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.